



A BENEFICÊNCIA

# FAMILIAR

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DESDE 1877

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS  
DA DIREÇÃO E  
PARECER DO CONSELHO FISCAL

2018

## A BENEFICÊNCIA FAMILIAR (A.S.M.)

### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Conforme os n.ºs 1 e 3 do Artigo 65.º dos Estatutos de A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos, convoco os Senhores Associados a reunir em Assembleia Geral Ordinária, na Sede Social desta Associação, sita à Rua Formosa, n.º 325 – 2.º andar, nesta Cidade do Porto, no próximo dia 27 de Março de 2019, pelas 17,15 horas, a fim de ser tratada a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício do ano de 2018, de A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos.

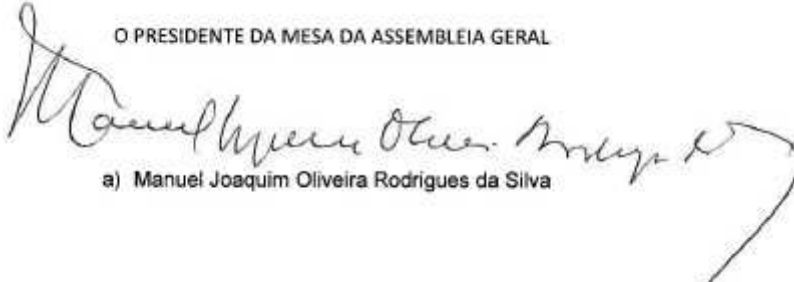
Solicitamos aos senhores associados em pleno gozo dos seus direitos o favor de comparecerem com alguns minutos de antecedência e que se façam acompanhar do respetivo documento de identificação e cartão de associado.

Se não comparecerem mais de metade dos associados existentes, a Assembleia reunirá uma hora depois (18,15 horas), com qualquer número de associados presentes.

NOTA: O relatório de atividades e as contas do exercício do ano anterior encontrar-se-ão disponíveis para consulta de todos os associados na Secretaria d' A BENEFICÊNCIA FAMILIAR – Associação de Socorros Mútuos durante as horas de expediente e em [www.abfamiliar.pt](http://www.abfamiliar.pt) a partir da data da publicação da presente Convocatória (de acordo com o ponto 6 do Artigo 81.º do Código das Associações Mutualistas).

Porto, 11 de Março de 2019

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



a) Manuel Joaquim Oliveira Rodrigues da Silva

## CORPOS SOCIAIS

### ASSEMBLEIA GERAL

ASSOCIADO	NOME	CARGO
44606	Manuel Joaquim Oliveira Rodrigues Silva	Presidente
42680	Elisabete Tavares Lemos	1ª Secretária
48772	Helena Maria Silva Machado Barroso	2ª Secretária

### DIREÇÃO

#### EFETIVOS

ASSOCIADO	NOME	CARGO
43277	Carlos Jorge Costa Azevedo Silva	Presidente
29637	Ana Eugénia Alves Nogueira Carvalho	Secretária
20662	António Ferreira Pinheiro	Tesoureiro
11364	Orlando Rui Teixeira Veiga	Vogal
54782	Manuel Joaquim Ribeiro Ferreira	Vogal

#### SUPLENTES

ASSOCIADO	NOME
35614	Manuel César Soares Palma
48774	Marla Paula Pena Ribeiro
30410	Maria Luísa Barbosa Almeida
18658	José António Teixeira Veiga
38756	António Augusto Silva Coelho

### CONSELHO FISCAL

#### EFETIVOS

ASSOCIADO	NOME	CARGO
46558	Abílio Marques Lemos Bastos	Presidente
36628	Rui Melo Cosme	Secretário
19012	António Fernando Rebelo Moreira	Relator

#### SUPLENTES

ASSOCIADO	NOME
51963	Manuel Couto Ribeiro
16246	António Marques Santos Silva

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Estimados Associados,

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, a Direção apresenta-vos, para vossa apreciação e deliberação, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2018. Neste documento, damos nota das principais atividades realizadas no ano findo, comparativamente com as propostas aprovadas no Plano de Ação para 2018. As contas apresentadas espelham a situação económico-financeira da nossa Associação, assim como analisam os resultados referentes ao mesmo período. Esperamos, como é habitual, a vossa opinião justa e imparcial.

### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Porque a vida associativa d' A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos (ABF) não é independente do que se passa na economia do País e do resto do Mundo, em particular no espaço da União Europeia (UE), será útil passar em revista a evolução do comportamento da economia portuguesa nos últimos anos, enquadrada na Zona Euro e na UE.

Produto Interno Bruto por habitante					
	2014	2015	2016	2017	2018
<b>União Europeia (28 países)</b>	26100 €	26700 €	27100 €	27700 €	28200 €
<b>Zona Euro (19 países)</b>	28800 €	29300 €	29800 €	30400 €	30900 €
<b>Portugal</b>	16300 €	16600 €	17000 €	17500 €	17900 €

Fonte: Eurostat (2019)

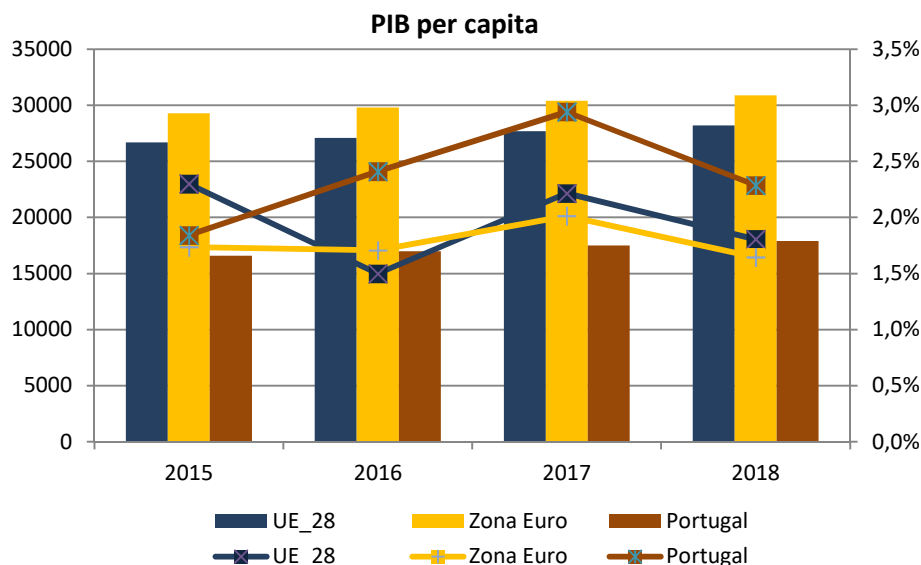
Como se pode verificar, o Produto Interno Bruto por habitante (PIB *per capita*) – rácio do total da riqueza anual produzida pela média anual do número de habitantes – tem crescido constantemente desde 2014, tanto no conjunto dos 28 países da União Europeia, como no da Zona Euro a 19 países.

Também em Portugal esta evolução tem sido constante, apresentando, a partir de 2015, um ritmo de crescimento superior, tanto ao da UE, como ao da Zona Euro. No período de cinco anos, decorrido entre 2014 e 2018, o nosso País cresceu quase 10% neste indicador (como se pode ver no quadro seguinte). Contudo, a diferença entre o PIB *per capita* dos portugueses e o agregado da UE é ainda considerável (10.300 €, ou seja, inferior em mais de um terço).

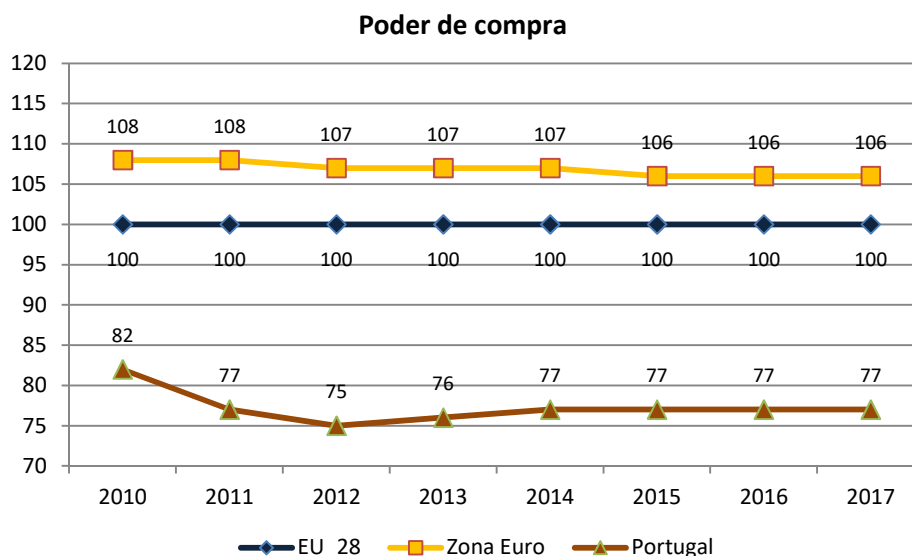
Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto por habitante					
	Variação 2014-2015	Variação 2015-2016	Variação 2016-2017	Variação 2017-2018	Evolução 2014-2018
<b>União Europeia (28 países)</b>	2,3%	1,5%	2,2%	1,8%	<b>8,0%</b>
<b>Zona Euro (19 países)</b>	1,7%	1,7%	2,0%	1,6%	<b>7,3%</b>
<b>Portugal</b>	1,8%	2,4%	2,9%	2,3%	<b>9,8%</b>

Fonte: Eurostat (2019)

O gráfico abaixo junta as duas informações (valor do PIB *per capita* e respetiva evolução), entre 2015 e 2018, o que permite apreender melhor o que foi descrito.



De facto, apesar da acentuada recuperação económica a partir de 2015, Portugal tem ainda um longo caminho a percorrer, para que os seus habitantes possam alcançar os níveis de riqueza dos seus parceiros europeus. Como se pode ver no gráfico seguinte, o índice do poder de compra dos portugueses que, em 2010, apresentava o valor 82, ficando 18% abaixo do conjunto dos cidadãos da UE a 28, caiu para 75 em 2012 – 25% abaixo da média da UE. Recuperou para 77 em 2014 (23% abaixo da média da UE), mantendo-se estável até 2017, o que significa que a trajetória de convergência para nos aproximarmos, ainda que de forma moderada, dos padrões de vida europeus, necessita de ser fortemente incrementada. Esta convergência requer, igualmente, atenção redobrada no que respeita à distribuição de rendimentos entre trabalho e capital.

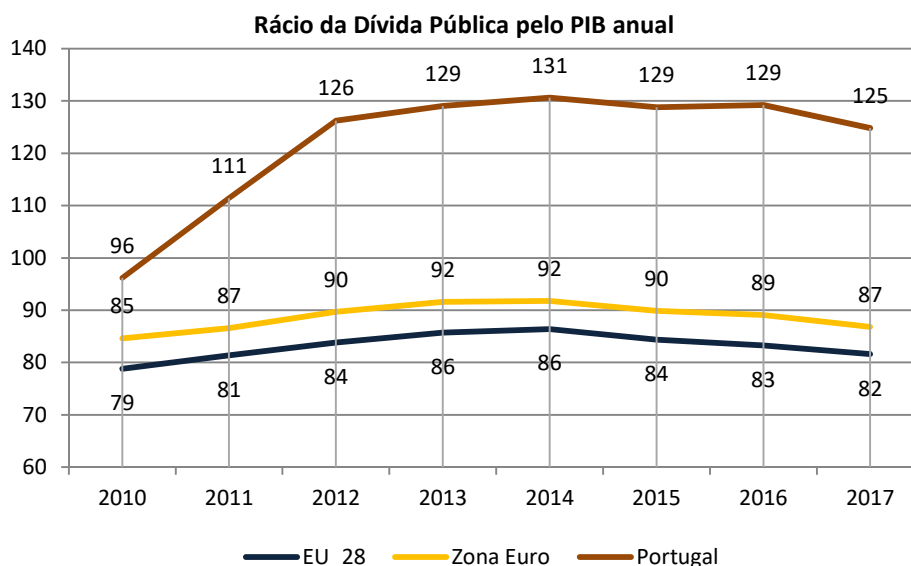


Naturalmente que o País sofre de constrangimentos significativos, como a elevada dívida pública, comparativamente com a riqueza produzida (PIB). Relativamente ao conjunto dos países da UE e aos da Zona Euro, Portugal apresentava, em 2017, uma dívida significativamente superior: 153% dos valores da UE a 28 e 144% dos da Zona Euro (19 países).

**Rácio da Dívida Pública pelo PIB anual**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>EU_28</b>	78,8	81,4	83,8	85,7	86,4	84,4	83,3	81,6
<b>Zona Euro</b>	84,6	86,6	89,7	91,6	91,8	89,9	89,1	86,8
<b>Portugal</b>	96,2	111,4	126,2	129	130,6	128,8	129,2	124,8

Fonte: Eurostat (2019)



Fonte: Eurostat (2019)

Por último, uma breve referência à evolução das taxas de desemprego em Portugal: diminuiu praticamente para metade, com particular destaque nos grupos etários com mais idade. De notar que, apesar de ter baixado quase 40%, o grupo etário mais jovem permanece com uma taxa muito elevada: um quinto destes jovens está desempregado.

**Taxas de desemprego em Portugal**

	4.º trimestre 2015	4.º trimestre 2016	4.º trimestre 2017	4.º trimestre 2018	Varição 2015-2018
<b>Total</b>	12,2	10,5	8,1	6,7	-45,1%
<b>15 - 24 anos</b>	32,8	27,7	23,5	19,9	-39,3%
<b>25 - 34 anos</b>	12,7	11,6	8,6	7,3	-42,5%
<b>35 - 44 anos</b>	9,8	8,0	6,2	5,2	-46,9%
<b>45 - 54 anos</b>	10,7	8,7	6,4	5,3	-50,5%
<b>55 - 64 anos</b>	11,7	10,9	7,8	5,9	-49,6%

Fonte: INE (2019)

## ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Como sempre temos afirmado, isolados, pouco ou nada valemos. Por isso é importante relembrarmos quais as instituições que conosco constituem o universo da Economia Social, responsável por 6,0% do total do emprego remunerado, por 5,2% da população empregada e por 2,8% do Valor Acrescentado Bruto.



Com efeito, a partilha de serviços e equipamentos pode, segundo o Código das Associações Mutualistas (artigo 51.º), ocorrer por via da celebração de acordos de cooperação entre as entidades da economia social. Esta possibilidade é deveras vantajosa para todos, tanto por permitir a prestação mais alargada e eficaz de serviços aos nossos associados, como porque garante mais facilmente a

sustentabilidade de cada uma das nossas atividades.

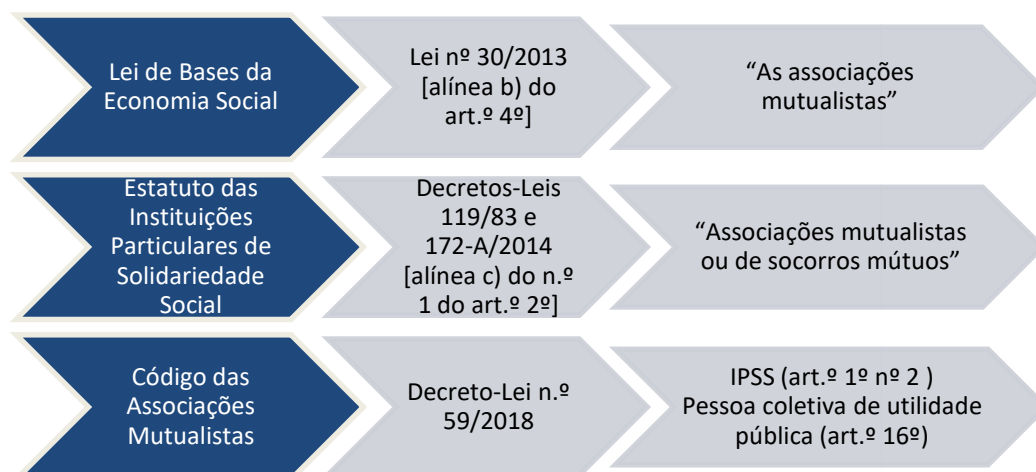
Mas é igualmente importante referir a dimensão da “constelação mutualista”: 71 entidades, com cerca de 1.100.000 associados, o que nos dá uma ideia da força do nosso movimento.

## Reconhecimento jurídico-constitucional

Apesar da nossa existência centenária – a primeira associação mutualista foi fundada há mais de 700 anos – as vicissitudes sociais, políticas e económicas condicionaram fortemente a vida e o desenvolvimento do mutualismo. Em Portugal, a segunda metade do século XIX foi marcante para este processo, pois foi nos ideais mutualistas que os trabalhadores e a população em geral, sobretudo a de mais fracos recursos, se inspiraram para se protegerem das contingências da vida difícil no período posterior à Revolução Industrial.

Por outro lado, no *Estado Novo*, as associações mutualistas e demais instituições da economia social não eram bem vistas: tratava-se de instituições democráticas, contrárias ao autoritarismo do regime. Foi preciso esperar pela Constituição da República Portuguesa de 1976, democrática, resultante do 25 de Abril de 1974, para obter o reconhecimento constitucional, a que se seguiu a aprovação de legislação que enquadrou devidamente as diferentes *constelações* da Economia Social.





## Eixos estratégicos e Diálogo institucional

A estratégia definida pela Direção da ABF, no início do seu mandato, apontou para quatro eixos principais, focados (i) no aumento de vantagens, segurança e solidariedade para os nossos **Associados**, (ii) no fortalecimento da notoriedade, da comunicação e do prestígio da nossa **Associação**, (iii) no reforço do **Mutualismo**, através do trabalho em rede, da partilha e das parcerias e (iv) no incremento da nossa **Caixa Económica do Porto**, anexa à ABF, tornando-a mais forte, mais moderna e mais apoiante dos associados e das associações mutualistas.

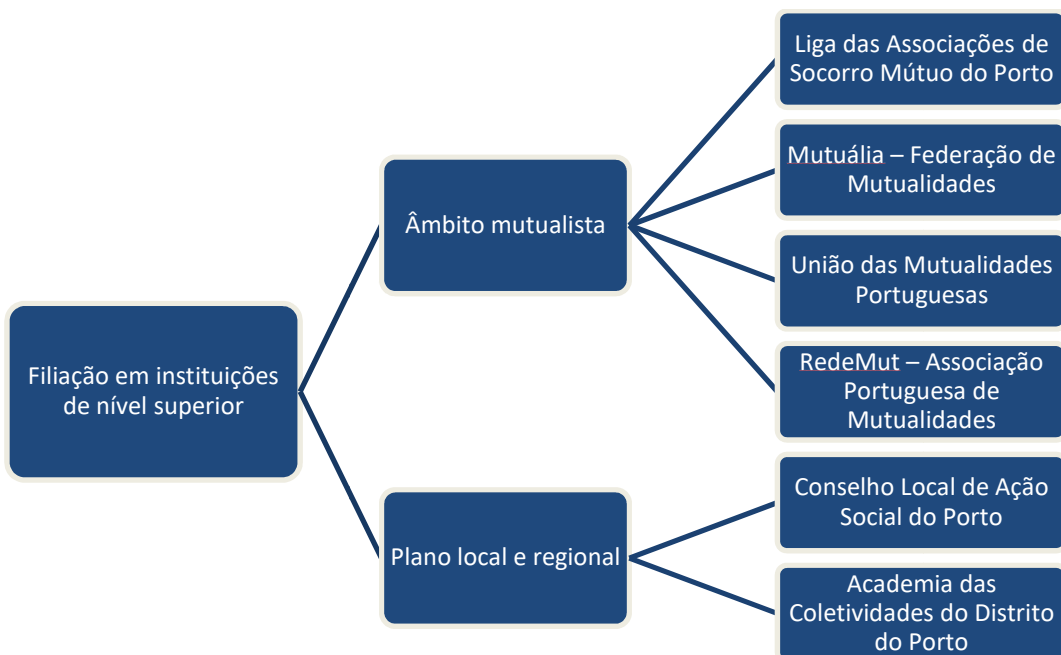
Para cumprir esta estratégia, foi realizado trabalho constante e persistente, junto das associações mutualistas (de base e de nível superior), de outras entidades da economia social (cooperativas e IPSS) e de organismos da Administração Pública nacional e local.

Os inúmeros contactos efetuados permitiram-nos ouvir e ser ouvidos, trocar experiências e desenvolver projetos em comum.





O esquema abaixo permite uma ideia mais precisa do modo como organizamos a nossa relação com as entidades de nível superior.



### Missão, Princípios e Valores

Em circunstância alguma podemos “esquecer” os nossos Princípios e Valores, assim como a Missão que nos tem de motivar: servir, **sempre**, os nossos Associados.



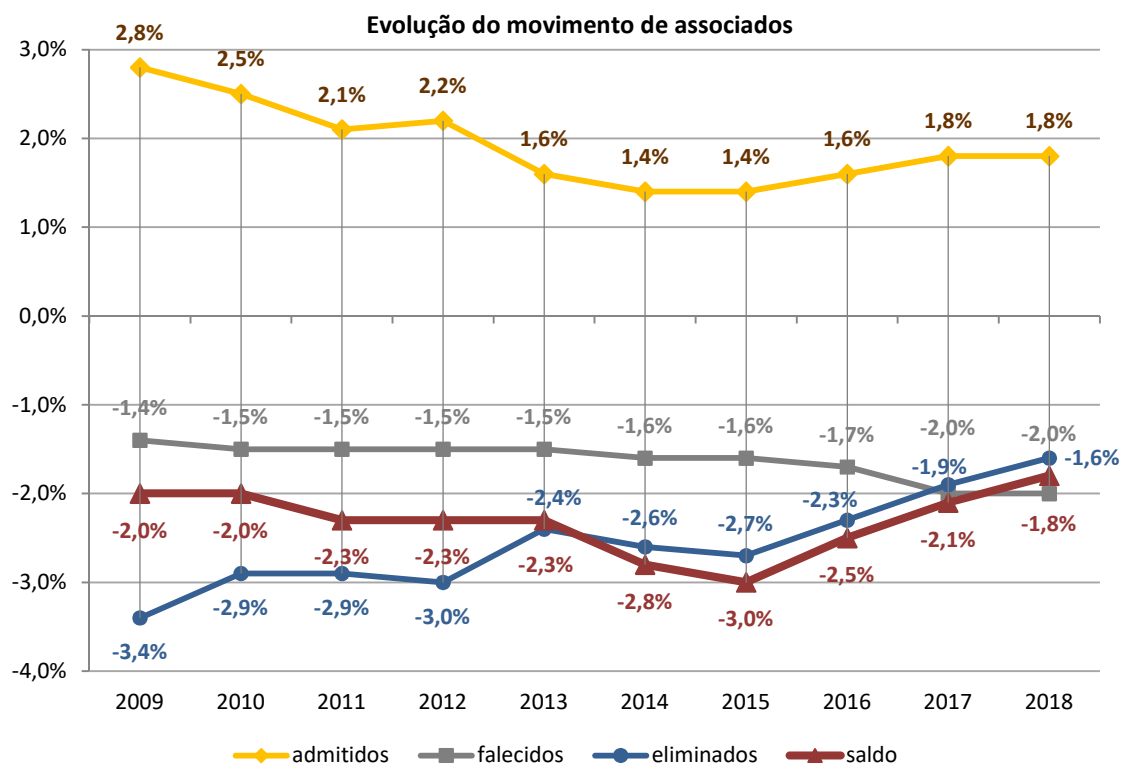
## NÚMERO DE ASSOCIADOS

O quadro e o gráfico seguintes mostram a evolução do número de associados, através da apresentação do seu movimento geral. Apesar da evolução positiva (menos 1/5 de perda líquida de associados), ainda temos um longo caminho a percorrer, até conseguirmos atingir o crescimento em número de associados.

**Movimento geral de associados**

Movimento	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Admitidos e readmitidos</b>	1.170	1.219	868	720	690	774	836	843
<b>Eliminados por falecimento</b>	833	832	798	808	825	839	934	979
<b>Eliminados por abandono</b>	1.609	1.617	1276	1370	1372	1159	913	745
<b>Associados em 31.12.2018</b>	<b>54.465</b>	<b>53.092</b>	<b>51.815</b>	<b>50.357</b>	<b>48.850</b>	<b>47.626</b>	<b>46.615</b>	<b>45.734</b>
<b>Varição anual</b>	-1.272	-1.230	-1.206	-1.458	-1.507	-1.224	-1.011	-881
<b>Varição anual (%)</b>	-2,3%	-2,3%	-2,3%	-2,8%	-3,0%	-2,5%	-2,1%	-1,8%

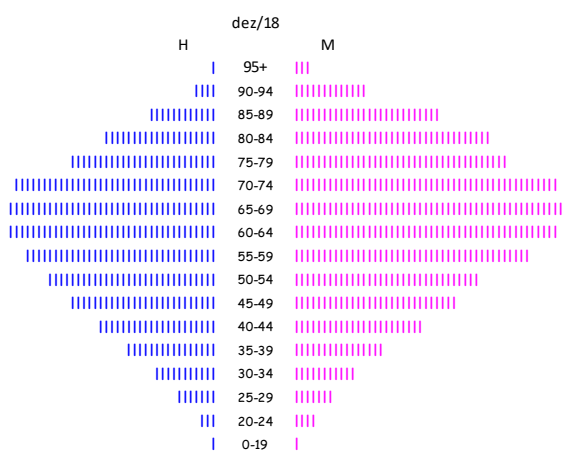
Como se pode verificar no gráfico, o valor do saldo iniciou uma trajetória ascendente a partir de 2016, mas ainda em terreno negativo. Está nas mãos de todos contribuirmos para aumentar o número de associados admitidos e diminuir o de abandonos, para ser possível compensar o incontornável valor dos óbitos.



## ESTRUTURA ETÁRIA

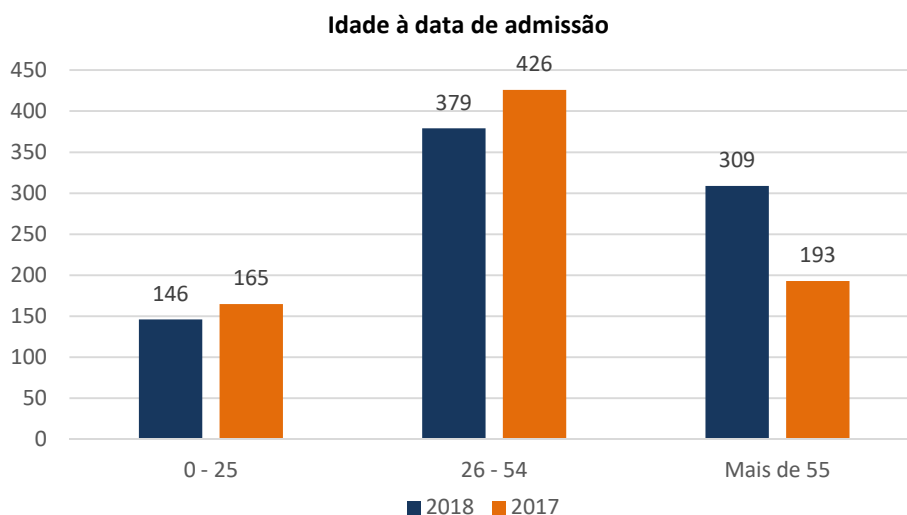
ESTATÍSTICAS DE ASSOCIADOS EM 2018				
Grupo etário	Masculino	Feminino	Total	% do total de associados
Até 20 anos	102	91	193	0,42%
De 21 a 40 anos	2 352	2 383	4735	10,35%
De 41 a 60 anos	6 772	7 758	14530	31,77%
De 61 a 80 anos	8 230	10 939	19169	41,91%
De 81 a 100 anos	2 334	4 737	7071	15,46%
Mais de 100 anos	10	26	36	0,08%
<b>Total de associados</b>	<b>19 800</b>	<b>25 934</b>	<b>45 734</b>	<b>100,00%</b>

A distribuição por grupos etários quinquenais permite conhecer ainda melhor a estrutura etária dos nossos associados, em 31 de dezembro de 2018. De notar que as mulheres estão em maioria, em particular a partir dos 40 anos. Naturalmente que o facto de os jovens até aos 16



anos usufruírem dos benefícios por via dos progenitores não convida à sua entrada para associados. Este é também um dos desafios que se nos colocam: como atrair jovens com idade inferior a 16 anos, os quais serão a garantia da continuidade dos ideais mutualistas no futuro. O reforço da base desta pirâmide etária é urgente, para a sustentabilidade das modalidades no longo prazo.

O gráfico seguinte mostra a idade dos novos associados, à data da sua admissão, em 2017 e 2018.



## MOVIMENTO DE ASSOCIADOS POR ZONA

Em 2018, o movimento dos nossos associados foi o seguinte, por zonas e classes discriminadas:

ZONA	ASSOCIADOS ADMITIDOS E READMITIDOS		ASSOCIADOS ELIMINADOS POR FALECIMENTO E ABANDONO			VARIÇÃO	ASSOCIADOS EXISTENTES EM 31.12.2018				COBRANÇA EFETUADA
	FAMILIAR	SÉNIOR	FAMILIAR	ESPECIAL	SÉNIOR		FAMILIAR	ESPECIAL	SÉNIOR	TOTAL	
0	269	176	477		127	-159	10 797	4	1564	12 365	95,88%
1	10		10			0	503		51	554	98,62%
2	15		20		2	-7	617		21	638	98,52%
3	3	1	14		2	-12	412		29	441	99,63%
4	19	6	56		9	-40	1 342		96	1 438	98,56%
5	11	2	36		5	-28	995		44	1 039	97,91%
6	26	1	37		1	-11	1 051		22	1 073	99,79%
7	8	2	51		5	-46	1 580		62	1 642	98,62%
8	4	2	25		2	-21	689		25	714	98,88%
9	5	1	15			-9	353		7	360	99,20%
10	10	1	58			-47	1 471		64	1 535	98,24%
11	19	9	73		4	-49	2 040		75	2 115	98,36%
12	22	1	54		4	-35	2 681		32	2 713	99,06%
13	2	3	7			-2	201		15	216	98,16%
14	5	5	33		1	-24	1 193		22	1 215	98,07%
15	7	2	71		8	-70	1 798	2	86	1 886	98,72%
16	7	1	74		2	-68	1 831		28	1 859	98,60%
17	21	1	55		4	-37	1 714	8	31	1 753	98,48%
18	15	3	41		4	-27	1 328		38	1 366	98,86%
19	12	2	39		1	-26	1 663	1	21	1 685	98,87%
20	4		9			-5	530		8	538	98,06%
21	10		35		1	-26	1 418	3	6	1 427	98,95%
22	5	1	31			-25	1 083		9	1 092	98,36%
23	7		45		2	-40	1 315		21	1 336	98,77%
24		1	25		2	-26	668		18	686	98,84%
25	5	3	18		2	-12	566		15	581	98,13%
26	18	2	35		4	-19	1 350		43	1 393	98,54%
27	2		7			-5	198		5	203	99,15%
28						0	68			68	100,00%
29			2			-2	28			28	100,00%
30	38	6	45		2	-3	1 735		58	1 793	99,40%
	579	232	1498		194	-881	43 218	18	2 516	45 752	

## ASSISTÊNCIA MÉDICA E MEDICAMENTOSA

### Especialidades na Liga das Associações de Socorros Mútuos do Porto

Todos os nossos Serviços de Assistência Clínica e de Enfermagem estão a cargo da Liga das Associações de Socorros Mútuos do Porto, de que somos parte integrante desde a sua fundação (1905), para proporcionar, aos nossos associados e familiares, consultas médicas, incluindo urgentes, a preços mutualistas.

As consultas por especialidades que constam do quadro seguinte, assim como o aumento, em cerca de 15%, no número total de consultas, mostram a importância desta modalidade para o bem-estar dos nossos associados.

2018	
ESPECIALIDADES	CONSULTAS
CLINICA GERAL	1 732
GINECOLOGIA	532
CARDIOLOGIA	219
CIRURGIA VASCULAR	54
NEUROLOGIA	216
ORTOPEDIA	235
OTORRINO	684
PSIQUIATRIA	240
PNEUMOLOGIA	83
PSICOLOGIA	58
PODOLOGIA	449
PEDIATRIA	71
OFTALMOLOGIA	1 259
DERMATOLOGIA	510
ENDOCRINOLOGIA	116
GASTROENTEREOLOGIA	110
NUTRIÇÃO	77
UROLOGIA	188
REUMATOLOGIA	71
MEDICINA INTERMA	44
CONSULTA DA DOR	8
TERAPIA DA FALA	26
APOIO JURIDICO	147
ESTOMATOLOGIA	5 165
FISIATRIA	881
TRATAMENTOS FISIOTERAPIA	12 238
ENFERMAGEM GERAL	848
ENFERMAGEM DOMICILIO	188
CLINICA GERAL DOMICILIO	218
<b>Total</b>	<b>26 667</b>

## **PRODUTOS DE INVESTIMENTO E SEGUROS**

Através da Federação Mutualista “Mutuália”, da qual somos societários, prosseguimos o desenvolvimento da modalidade de produtos de investimento e de seguros, oferecendo aos nossos associados a possibilidade de subscreverem diversos planos de poupança mutualistas. Igualmente, apresentamos um seguro de saúde sem limite de idade nem questionário médico, da MGEN, associação mutualista francesa da área dos seguros.

Em parceria com a mediadora “Frontside”, proporcionamos aos nossos associados seguros automóvel e multirriscos, abaixo do preço médio do mercado.

## **TURISMO SOCIAL**

Com a parceria de diversos operadores turísticos e agências de viagens, programámos um leque extenso de viagens de cultura e recreio, para todos os gostos e possibilidades. Acresce que proporcionamos, aos nossos associados e das organizações congéneres, planos de pagamento suaves.

Este ano, viajaram connosco 131 associados mutualistas, para diversos destinos: Itália, Andaluzia e Olivença, Roménia e Bulgária, Croácia, Las Médulas, Grã-Bretanha, País Basco, Paris e Benelux, assim como, internamente, para o Alentejo, num programa mais curto de 3 dias. Organizámos ainda uma viagem a Belmonte e uma Mariscada Galega.

## **ACONSELHAMENTO JURÍDICO**

Os nossos associados têm ao seu dispor um serviço de aconselhamento jurídico, prestado por um advogado em regime de avença, em parceria com a Liga.

## **SUBSÍDIOS DE FUNERAL**

No sentido de prestarmos melhor serviço aos nossos associados e seus familiares, pagamos o subsídio de funeral semanalmente e apenas ao responsável pela realização do serviço fúnebre. Através deste contacto direto, temos conseguido esclarecer melhor os associados sobre os diversos procedimentos relativos a esta modalidade. Em 2018, o valor pago em subsídios ascendeu a € 610.875.

## **SECÇÃO FUNERÁRIA**

A nossa Secção Funerária está apetrechada para dar resposta imediata, eficaz e eficiente, durante 24 horas, às solicitações que nos são apresentadas pelos familiares dos associados falecidos, tanto da nossa Associação como das congéneres com as quais temos acordos de cooperação. Este serviço, reconhecidamente de elevada qualidade, só é possível com o empenho, a dedicação e a competência dos nossos trabalhadores.

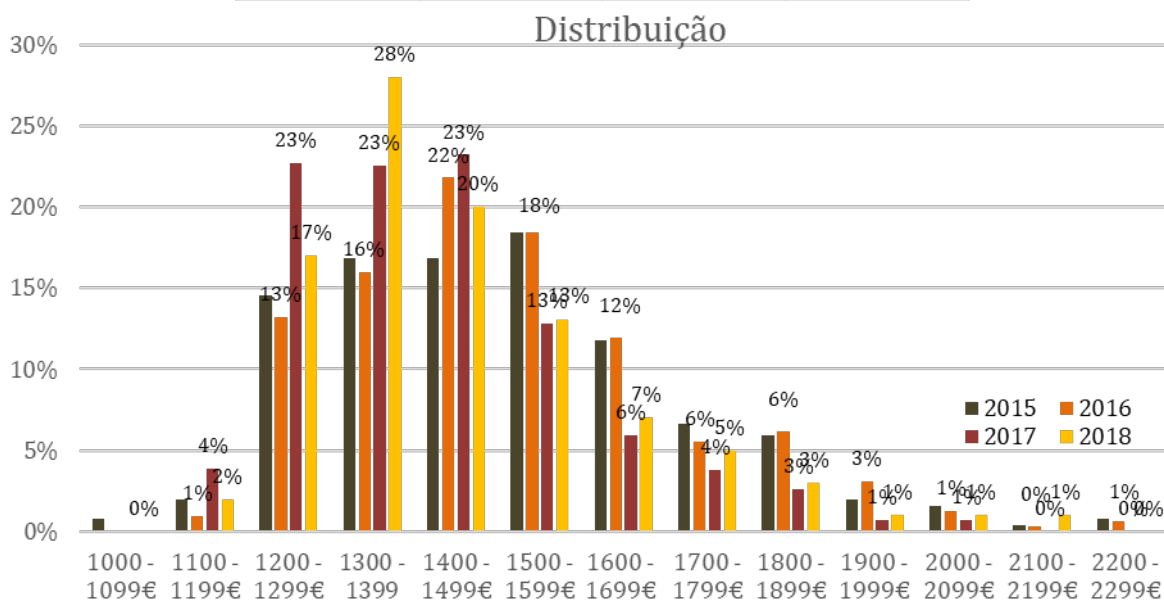
Em 2018, realizámos 595 serviços fúnebres (menos 12 em relação a 2017), o que demonstra a confiança dos nossos associados e das congéneres nos serviços da nossa Secção Funerária, assim como a eficácia na sua divulgação.

O equilíbrio económico e financeiro da Secção Funerária continuou a ser uma prioridade em 2018. Os resultados operacionais positivos, no valor de € 40.547,76, demonstram que estamos no caminho certo, pois cresceram, relativamente a 2017, mais de 17,6%.

As medidas tomadas, no sentido de recebermos o que nos é devido, têm resultado. O valor em dívida, fruto da atividade durante o ano de 2018, é residual (1,5% do total).

Em simultâneo, continuamos a trabalhar para manter acessível o valor do serviço fúnebre. Assim, a média aritmética dos serviços prestados, em 2018, foi de € 1.473,31.

Preço médio 2015	Preço médio 2016	Preço médio 2017	Preço médio 2018
1.528,76€	1.518,34€	1.432,23€	1473,31€



No entanto, quase 50% destes serviços custou menos de € 1.400 aos nossos associados, sempre prestados com a mesma qualidade e com a dignidade que o momento da homenagem devida a um ente querido falecido deve obrigar.

Todos os nossos empregados na Secção Funerária são trabalhadores com contratos sem termo, com os direitos a que, legalmente, somos obrigados. Julgamos conseguir, desta forma, garantir uma equipa de qualidade ao serviço dos nossos associados, ao mesmo tempo que contribuimos para a criação e manutenção de empregos com direitos.

## **FALECIMENTOS**

Expressamos o nosso profundo sentimento pelo desaparecimento dos Associados e familiares verificados durante o ano de 2018. Em sua homenagem, mandámos rezar uma missa solene na Igreja do Bonfim, com elevada participação dos nossos associados, e onde colocámos um memorial em sua honra.

## **APOIO AO LUTO**

Ajudar os familiares dos associados falecidos a lidar melhor com a perda do ente querido é um objetivo do serviço de Apoio ao Luto. É assegurado pela nossa psicóloga clínica, que contratámos após o estágio realizado na nossa Instituição. A preparação dos nossos trabalhadores para prestar melhor apoio, logo no primeiro contacto, às pessoas enlutadas, constitui outra sua prioridade de trabalho.

## **WORKSHOPS SOLIDÁRIOS**

No sentido de aumentar a participação dos nossos associados na vida associativa, continuámos, em 2018, a realização de workshops mensais sobre diversos temas. São gratuitos, mas desafiamos os participantes a trazer um bem não precíval que fazemos chegar a famílias com dificuldades, sinalizadas pelos nossos assistentes da rede de cobrança.

Este ano, contámos com a colaboração da LIPOR, sobre a compostagem caseira, e da DECO, sobre a literacia financeira dos seniores.

## **SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO**

Como constava do Programa de Ação de 2018, continuámos a trabalhar para a implementação deste serviço, que reputamos de grande importância para os associados mais idosos ou acamados.

## **REVISÃO DOS ESTATUTOS E DO REGULAMENTO DE BENEFÍCIOS**

Tendo sido aprovado e publicado o novo Código das Associações Mutualistas, os nossos Estatutos serão revistos em conformidade com as novas normas, para serem, posteriormente, submetidos à Assembleia Geral, para apreciação a aprovação dos senhores associados.

Foi aprovado em Assembleia Geral o novo Regulamento de Benefícios, que estipula um aumento no valor da quota mensal, após 11 anos sem alteração. Neste novo Regulamento, é possível admitirmos associados até 65 anos, com direito a subsídio de funeral, além de serem criadas novas modalidades associativas.

Igualmente, passou a ser disponibilizado o serviço permanente de Atendimento Médico ao Domicílio, regalia extensível a mais três elementos do agregado familiar.



## ESTUDO ATUARIAL

O estudo atuarial, que deve ser realizado anualmente, determina o valor das reservas matemáticas que devemos constituir para assegurar o pagamento de subsídios. O valor apurado, para 31 de dezembro de 2018, é de € 5.475.946,93 - representa um aumento de quase € 270.000 relativamente a 2017 (€ 5.207.469,56). Apesar deste acréscimo, foi possível reforçar as reservas, tanto em provisões específicas como em fundos patrimoniais, pelo que o valor que nos falta realizar para cobrir a sua totalidade é, neste momento, de € 522.035, correspondente a 9,5% (menos 2,5% do que no ano passado). Constitui uma preocupação desta Direção constituir a totalidade das reservas que vierem a ser apuradas como necessárias. Todavia – e em complemento – cumpre-nos informar os nossos estimados Associados que o património imobilizado da nossa Associação ultrapassa, em mais de dez vezes, este défice.

## SITE E FACEBOOK E RÁDIO FESTIVAL

A comunicação tem sido uma prioridade para a Direção, em particular para darmos a conhecer aos nossos Associados o trabalho desenvolvido, assim como informá-los sobre as diversas vantagens que lhes vão sendo disponibilizadas.

Neste quadro, o novo *site* da Associação, que pode (e deve) ser consultado em [www.abfamiliar.pt](http://www.abfamiliar.pt) é uma ferramenta fundamental para a divulgação da vida da nossa Instituição e para a comunicação com os nossos associados e a população em geral. De forma prática e segura, têm todos ao seu dispor uma via cómoda para falar com os nossos serviços e com a Direção e demais órgãos sociais.

Igualmente, a utilização crescente das redes sociais é uma prioridade. A nossa página do *Facebook* tem já mais de 3.000 seguidores e é atualizada diariamente, assim como são respondidos, em tempo útil, os esclarecimentos solicitados.

Mantemos, na Rádio Festival, a nossa Hora Mutualista, todos os dias úteis, entre as 15:00 e as 16:00 horas. Através deste importante meio de comunicação, temos chegado a muitas pessoas, divulgando a nossa Associação, assim como o Mutualismo em geral.

## UNIVERSIDADE SÉNIOR

Criámos, este ano, a Universidade Sénior Mutualista, também aberta aos associados das outras entidades da economia social. O sucesso foi enorme, constituindo já hoje uma marca da nossa Associação, pela excelência do trabalho que desenvolve. Temos já cerca de 90 alunos. Ganhámos o “Prémio inovar para Melhorar”, da União das Mutualidades Portuguesas, com este projeto já realizado.

Tem-se revelado um serviço de grande notoriedade para a ABF, com visibilidade para o exterior, e constitui uma forma de apoiarmos, com competência e solidariamente, os nossos Associados Seniores, combatendo o seu isolamento e contribuindo para a sua felicidade.

## **NOVA SEDE**

Em 2018, foi aprovada em Assembleia Geral, a adjudicação da obra de reabilitação do edifício da nossa nova sede. O seu custo final será de € 5.200.000. Na mesma sessão, a Direção foi autorizada a contrair um empréstimo até este valor, para o seu financiamento.

Já temos o alvará para o início da obra, estando a tratar-se da obtenção das licenças de ocupação da via pública, para os trabalhos necessários para a empreitada. O prazo de execução é de 16 meses.

## **CONSIGNAÇÃO DO IRS E DO IVA**

A campanha que realizámos, no sentido de sensibilizar os nossos associados para consignarem 0,5% do valor que pagaram relativo ao seu IRS de 2017, à nossa Associação, deu frutos: recebemos € 6.966,57 – ou seja, um acréscimo superior a 30% em relação ao de 2016 (€ 5.297,44). Estas verbas irão permitir-nos continuar manter as Bolsa de Estudos Mutualistas, para estudantes que queiram aceder a estudos superiores.

## **PREENCHIMENTO DO IRS**

A exemplo do que já fizemos no ano anterior, voltámos a apoiar os nossos Associados, gratuitamente, no preenchimento do seu IRS, das classes A e H (trabalhadores por conta de outrem e reformados).

## **ADESÃO AO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DO PORTO**

Somos, desde fevereiro de 2018, membros efetivos do Conselho Local de Ação Social do Porto (CLASP). Esta inclusão tem sido de grande importância para o estabelecimento de redes de contacto com as diferentes entidades que intervêm, na cidade do Porto, em apoio aos problemas sociais.

## **AGRADECIMENTOS**

Exprimimos o sincero agradecimento a todos quantos contribuíram, com a sua colaboração, para o engrandecimento da nossa Associação. Destacamos os nossos trabalhadores em geral, pela sua competência, disponibilidade, empenho e profissionalismo. Desde a Secretaria à Secção Funerária, passando pelos nossos Assistentes da Rede de Cobrança, agradecemos o trabalho paciente e por vezes difícil no relacionamento com os Associados. Queremos também registar o nosso agradecimento aos restantes membros dos Corpos Sociais - Assembleia Geral e Conselho Fiscal - que sempre de forma muito colaborante apoiaram a Direção na realização dos trabalhos levados a efeito.

Agradecemos ainda à Direção-Geral da Segurança Social o apoio dispensado, à União das Mutualidades Portuguesas e à RedeMut, pela colaboração prestada e pela disponibilidade em divulgar as nossas iniciativas e às Direções amigas das nossas Congéneres pelos Acordos de Cooperação celebrados.

## CONCLUSÃO

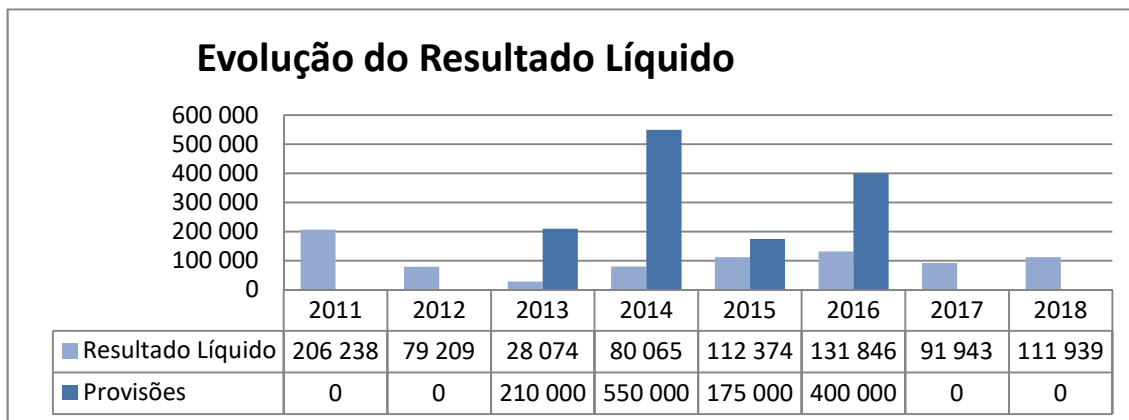
Estamos certos de que apresentamos aos nossos Estimados Associados uma ideia geral do intenso trabalho que executámos durante o ano de 2018.

Esperamos que todo este trabalho, realizado com muita dedicação e honestidade, seja apreciado com todo o interesse a que nos habituaram, pelo que muito nos apraz endereçar as nossas mais sinceras saudações mutualistas de grande amizade a todos os nossos Associados.

## SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

O resultado líquido positivo do exercício de 2018 cifrou-se em 111.939,04€.

O resultado inclui a imputação de resultados provenientes da Caixa Económica do Porto, no valor de 21.955,62€.



## FUNDOS PATRIMONIAIS, FUNDOS PRÓPRIOS E RESERVAS

	2018	2017
<b>Fundo Social</b>	<b>9.017,42</b>	<b>9.017,42</b>
<b>Outras Reservas</b>	<b>3.978.223,36</b>	<b>3.882.077,47</b>
Mod.Subs.Funeral, s.Med.Med.	3.244.556,48	3.244.556,48
Assist.Idade Senior	107.494,13	100.308,09
Fundo Administração	251.817,68	163.656,28
Fundo de Reserva Geral	374.355,07	373.556,62
<b>Resultados Transitados</b>	<b>-18.099,34</b>	<b>4.202,92</b>
<b>Ajustamentos / out.var. fundos patrim.</b>	<b>1.659.137,16</b>	<b>1.657.864,91</b>
<b>Excedentes de revalorização</b>	<b>1.196.537,61</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>6.824.816,21</b>	<b>5.553.162,72</b>

## FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

Não se registaram factos dignos de destaque após o final do ano de 2018 e a data de apresentação deste Relatório.

## **CAIXA ECONÓMICA DO PORTO – CAIXA ANEXA**

Mais uma vez, apraz-nos registar que a Caixa Económica do Porto – Caixa Anexa (CEP) apresentou resultados positivos, constituindo um elemento de vitalidade para a nossa Associação, ao libertar fundos que serão reinvestidos socialmente.

Ao longo de 2018 foram várias as diligências tomadas no sentido de recolher propostas para o desenvolvimento do projeto de contas on-line e a aquisição de software ou a contratualização de um serviço de licenciamento bancário. Está em curso um extenso trabalho de modernização dos serviços. Estamos convictos que esta evolução será determinante para o grande sucesso da nossa Caixa Económica do Porto.

## **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

A Direção propõe aos Ex.mos Associados que o resultado líquido de 2018, no montante de 111.939,04€ seja aplicado, nos termos dos art.º 34º a 39º dos Estatutos da nossa Associação, da seguinte forma:

- O Fundo disponível da modalidade “Subsidio de Funeral e Assistência médica e medicamentosa”, no montante de 7.597,97€, seja aplicado em 90% no respetivo fundo próprio e 10% no fundo de reserva geral;
- O Fundo disponível da modalidade “Assistência à Idade Sénior”, no montante de 6.106,08€, seja aplicado em 90% no respetivo fundo próprio e 10% no fundo de reserva geral;
- O resultado líquido da atividade “Secção Funerária”, no montante de 40.547,76€, seja aplicado em 90% no Fundo disponível da modalidade “Subsidio de Funeral e Assistência médica e medicamentosa” e 10% no fundo de reserva geral;
- O montante de 18.099,34€ do fundo disponível do “Fundo de Administração” seja aplicado na cobertura dos resultados transitados;
- O Fundo disponível resultante do “Fundo de Administração”, no montante de 39.152,78€, e o resultado líquido das atividades “Turismo Social, Universidade Sénior e Seguros”, no montante de 435,12€, sejam aplicados nesse respetivo fundo.

Porto, 12 de março de 2019

A DIREÇÃO

Carlos Jorge Costa Azevedo Silva  
Ana Eugénia Alves Nogueira Carvalho  
António Ferreira Pinheiro  
Orlando Rui Teixeira Veiga  
Manuel Joaquim Ribeiro Ferreira

## Controlo orçamento

	MODALIDADES DE BENEFÍCIOS		ACTIVIDADES		Fundo de Administração	Orçamentado 2018	Realizado 2018	Desvio
	Subsídio de Funeral e Assistência médica e medicamentos a	Assistência a Idade Sénior (Ass.Med.Med.)	Secção Funerária	Secção de Turismo				
<b>Vendas e Serviços Prestados:</b>						2 637 700,00	2 210 380,81	-18,26%
Vendas:								
Umãs e outros acessórios			336 972			336 972	311 529	-8,17%
Serviços Prestados:								
Quotas dos utilizadores								
Secção Funerária			935 000			935 000	580 188	-61,15%
Secção Turismo Social				5 000		5 000	8 645	42,16%
Quotas e Jolas								
Encargos de admissão						1 500	2 916	48,56%
Modalidade subsídio funeral	1 187 922	12 184	9 138	9 138	121 838	1 340 220	1 309 748	-2,33%
Modalidade assistência à idade Senior		16 416	432	432	1 728	19 038	17 356	-9,32%
<b>Custos das Vendas e Serviços Prestados</b>						2 662 772	2 166 154	-22,93%
Custos das Vendas - Secção Funerária			336 972			336 972	311 529	-8,17%
Encargos suportados com Serviços Prestados								
Fornecimentos e serviços externos	216 576		84 224			300 800	231 969	-29,67%
Encargos com pessoal	356 900	35 690	404 210		33 200	830 000	940 877	11,78%
Outros gastos e perdas								
Gastos com associados								
Prestações e outros encargos c/associados	700 000					700 000	622 367	-12,47%
Provisões específicas para modalidades	400 000		30 000			430 000	0	-100,00%
Depreciações do período	53 432	545	6 924	250	5 455	65 000	59 411	-9,40%
<b>Resultado bruto</b>	<b>-538 986</b>	<b>-7 636</b>	<b>419 212</b>	<b>14 320</b>	<b>34 912</b>	<b>-25 072</b>	<b>64 227</b>	<b>139,04%</b>
<b>Outros rendimentos</b>						136 050	59 308	-129,40%
Imputação de gastos à Caixa Económica	25 000					25 000	4 296	-481,38%
Rendimentos Caixa Económica	81 818	9 091			9 091	300 000	21 956	-359,46%
Consignação de IRS	6 000					6 000	5 796	-3,52%
Outros	5 050					5 050	27 260	81,47%
<b>Outros gastos</b>						4 000	11 595	65,50%
Caixa Económica do Porto (FSE)								
Caixa Económica do Porto (Custo/pessoal)								
Outros							4 697	100,00%
Gastos de financiamento					4 000	4 000	6 898	42,01%
<b>Fundos Disponíveis</b>	<b>-421 117</b>	<b>1 455</b>	<b>419 212</b>	<b>14 320</b>	<b>98 008</b>	<b>243 028</b>	<b>111 939</b>	<b>-117,11%</b>



A BENEFICÊNCIA

# FAMILIAR

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DESDE 1877

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2018

## Balanço Individual em 31 de dezembro de 2018

Unidade monetária: EUROS

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	14.1	5 786 230,58	4 416 042,08
Ativos intangíveis	14.2		0,00
Investimentos Financeiros	14.3	1 874 208,56	1 839 362,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	14.4	38 905,44	20 475,29
Créditos a receber	14.5	116 325,77	103 268,08
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras ativos correntes	14.6	123 204,62	495 755,51
Diferimentos	14.7	6 129,45	3 656,41
Caixa e depósitos bancários	14.8	546 138,23	490 517,17
<b>Total do activo</b>		<b>8 491 142,65</b>	<b>7 369 076,73</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	14.9	9 017,42	9 017,42
Reservas	14.9	3 978 223,36	3 882 077,47
Resultados transitados	14.9	-18 099,34	4 202,92
Excedentes de revalorização	14.9	1 196 537,61	0,00
Ajustamentos/ out.variações nos fundos patrimoniais	14.9	1 659 137,16	1 657 864,91
Resultado líquido do período		111 939,04	91 942,97
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>6 936 755,25</b>	<b>5 645 105,69</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas	14.10	1 335 000,00	1 335 000,00
Financiamentos obtidos		0,00	187 377,97
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14.11	19 492,36	28 744,07
Estado e outros entes públicos	14.12	31 713,50	24 164,16
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras passivos correntes	14.13	168 181,54	148 684,84
<b>Total do passivo</b>		<b>1 554 387,40</b>	<b>1 723 971,04</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>8 491 142,65</b>	<b>7 369 076,73</b>



**Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2018**

Unidade monetária: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	14.14	2 244 271,81	2 185 829,37
Subsídios, doações e legados à exploração	14.15	6 227,74	1 771,61
Custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-311 528,70	-301 317,76
Fornecimentos e serviços externos	14.16	-231 968,95	-271 679,71
Gastos com o pessoal	14.17	-940 877,09	-844 780,58
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões Específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor	14.18	468,00	0,00
Outros rendimentos	14.19	38 490,83	37 012,17
Outros gastos	14.20	-627 064,00	-642 841,06
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>178 019,64</b>	<b>163 994,04</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-59 412,62	-65 990,22
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>118 607,02</b>	<b>98 003,82</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	14.21	230,12	230,12
Juros e gastos similares suportados	14.21	-6 898,10	-6 290,97
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>111 939,04</b>	<b>91 942,97</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14.22	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>111 939,04</b>	<b>91 942,97</b>

**Demonstração Individual dos Resultados por Funções**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2018**

Unidade monetária: EU

	NOTAS	MODALIDADES DE BENEFÍCIOS		ACTIVIDADES			Fundo de Administração	PERÍODOS	
		Subsidio de Funeral e Assistência médica e medicamentosa	Assistência à Idade Sénior (Ass.Med.Med.)	Secção Funerária	Turismo Social, Universidade Sénior e Seguros	Caixa Economica do Porto		2018	2017
<b>Vendas e Serviços Prestados:</b>									
Vendas:									
Urnas e outros acessórios	1			311 528,70				311 528,70	301 317,76
Serviços Prestados:									
Quotas dos utilizadores									
Secção funerária	2			582 687,50				582 687,50	555 051,87
Secção Turismo Social	3				8 645,00			8 645,00	2 087,40
Ambulâncias e Transporte de Doentes								0,00	0,00
Universidade Sénior	4				13 891,00			13 891,00	
Quotas e Joias									
Encargos de admissão	5						2 916,00	2 916,00	2 852,00
Modalidade subsidio funeral	6	1 198 572,85	12 106,80				99 067,96	1 309 747,61	1 309 627,50
Modalidade assistencia à Idade Senior	6	788,91	14 989,27				1 577,82	17 356,00	17 638,00
<b>Custos da Vendas e Serviços Prestados</b>									
Custos das Vendas - Secção Funerária				311 528,70				311 528,70	301 317,76
Encargos suportados com Serviços Prestados									
Fornecimentos e serviços externos	7	124 632,64		85 824,19	21 512,12			231 968,95	271 679,71
Encargos com pessoal	7	427 216,41	22 553,25	444 500,93	1 500,00		45 106,50	940 877,09	844 780,58
Outros gastos e perdas									
Outros Gastos		4 697,20						4 697,20	8 731,26
Prestações e outros encargos c/associados	8	622 366,80						622 366,80	634 109,80
Provisões específicas para modalidades		0,00						0,00	0,00
Depreciações do período		42 838,20	432,71	11 814,62			4 327,09	59 412,62	65 990,22
<b>Resultado bruto</b>		<b>-22 389,49</b>	<b>4 110,11</b>	<b>40 547,76</b>	<b>-476,12</b>	<b>0,00</b>	<b>54 128,19</b>	<b>75 920,45</b>	<b>61 965,20</b>
Outros rendimentos									
Imputação de gastos a Caixa Economica						-5 782,04		-5 782,04	-28 745,40
Rendimentos Caixa Economica		17 963,69	1 995,97				1 995,97	21 955,62	2 719,18
Consignação de IRS		5 796,03						5 796,03	4 341,17
Juros / outros rendimentos		6 227,74			911,24		8 026,06	15 165,04	29 208,39
Outros gastos									
Caixa Economica do Porto (FSE)						5 782,04		5 782,04	17 989,65
Caixa Economica do Porto (Custo/pessoal)								0,00	10 755,75
Outros									
Gastos de financiamento							-6 898,10	-6 898,10	-6 290,97
<b>Fundos Disponiveis</b>		<b>7 597,97</b>	<b>6 106,08</b>	<b>40 547,76</b>	<b>435,12</b>	<b>0,00</b>	<b>57 252,12</b>	<b>111 939,04</b>	<b>91 942,97</b>

## Demonstração Individual das alterações nos Fundos Patrimoniais em 2018

Unidade monetária: EUROS

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	TOTAL dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018</b>		9.017,42		3.882.077,47	4.202,92		1.657.864,91	91.942,97	5.645.105,69		5.645.105,69
	1	9.017,42		3.882.077,47	4.202,92		1.657.864,91	91.942,97	5.645.105,69		5.645.105,69
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes revalorização						1.196.537,61			1.196.537,61		1.196.537,61
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2			96.145,89	-22.302,26		1.272,25	-91.942,97	-16.827,09		-16.827,09
				<b>96.145,89</b>	<b>-22.302,26</b>	<b>1.196.537,61</b>	<b>1.272,25</b>	<b>-91.942,97</b>	<b>-16.827,09</b>		<b>-16.827,09</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3							111.939,04			
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3			96.145,89	-22.302,26				<u>73.843,63</u>		<u>73.843,63</u>
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações	5										
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018</b>	6=1+2+3+5	9.017,42		3.978.223,36	-18.099,34	1.196.537,61	1.659.137,16	111.939,04	6.936.755,25		6.936.755,25

**Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2018**

Unidade monetária: EUROS

	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u></b>			
Recebimentos de utentes		2 357 194,96	2 227 043,17
Pagamentos a fornecedores		643 433,15	565 598,02
Pagamentos ao pessoal		882 887,93	847 318,56
Caixa gerada pelas operações		830 873,88	814 126,59
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>			-2 965,03
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		-354 052,47	-632 123,66
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		476 821,41	179 037,90
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		234 047,48	18 450,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		2 500,00	0,00
Outros ativos			3 549,57
Juros e rendimentos similares			512,88
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-231 547,48	-14 387,55
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		187 377,97	99 101,32
Juros e gastos similares		2 274,90	6 290,97
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-189 652,87	-105 392,29
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		55 621,06	59 258,06
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		490 517,17	431 259,11
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		546 138,23	490 517,17

## Anexo

Nos termos da Portaria 220/2015, de 24 de julho, são indicadas as divulgações exigidas às ESNL, as quais serão abordadas de seguida.

### **1. Identificação da Entidade**

---

A Beneficência Familiar do Porto – Associação de Socorros Mútuos, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua Formosa, 325, freguesia de Santo Ildefonso, Concelho do Porto, pessoa coletiva n.º 500746516, reconhecida pela Segurança Social e registada no livro 2 das Associações de Socorros Mútuos da Direção Geral de Segurança Social. Constituem fins fundamentais da Associação a concessão de benefícios de segurança social e saúde, através de modalidades de benefícios individuais ou coletivos, destinados a reparar as consequências da verificação de fatos contingentes relativos à vida e à saúde dos Associados e suas famílias e outros fins de proteção social e promoção da qualidade de vida.

### **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

De acordo como Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, a normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aplica-se às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto.

As demonstrações financeiras a apresentar são: Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas ou por funções; Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo. Por opção, a entidade pode apresentar a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais.

Após a publicação do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, os Decretos-leis nº 158/2009, de 13 de julho, e 36-A/2011, de 9 de março, foram alterados, implicando a revisão das demonstrações financeiras.

O Decreto –Lei nº 98/2015, de 2 de junho, transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, alterando o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e pelas Leis n.os 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83- C/2013, de 31 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, foram alteradas as portarias e os avisos relativos aos instrumentos contabilísticos que compõem o SNC. Para as ESNL, o sistema de normalização contabilística é composto por:

- Bases para as Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras – Portaria nº 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas – Portaria nº 218/2015, de 23 de julho;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para ESNL (NCRF-ESNL) – Aviso nº 8258/2015, publicado no Diário da República 2ª série, nº 146, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela A Beneficência Familiar na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras do exercício foram preparadas em todos os seus aspetos materiais de acordo com o regime de normalização contabilístico para as ESNL e Bases de apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) aprovadas pelo Decreto – Lei nº 36 – A/2011, de 9 de março, com alterações previstas na portaria nº 220/2015 de 24 de julho.

Os modelos das demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades do sector não lucrativo, segundo a portaria nº 220/2015, são os seguintes:

- ✓ Balanço, modelo ESNL;
- ✓ Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- ✓ Demonstração dos resultados por funções, modelo ESNL;
- ✓ Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- ✓ Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- ✓ Anexo, modelo ESNL;
- ✓ Pagamentos e recebimentos, património fixo e direitos e compromissos futuros.

#### 3.1.1. Regime de Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram independentemente do momento do pagamento ou do recebimento sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.2. Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, A Beneficência Familiar continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.3. Compreensibilidade e Relevância**

De forma que as informações apresentadas sejam rapidamente compreensíveis, serão adicionadas notas às demonstrações financeiras, destacando as rubricas mais relevantes para tomada de decisões dos utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Compensação**

A relevância da informação é prestada por cada classe material de itens semelhantes, sendo apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras as quais resultam do processamento de grandes números de transações e/ou de outros acontecimentos agregados em classes de harmonia com a sua natureza ou função.

### **3.1.5. Fiabilidade**

A informação apresenta fidedignamente as transações e outros acontecimentos de que resultem ativos, passivos e capital próprio da entidade.

### **3.1.6. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras são consistentes com as do exercício anterior.

### **3.1.7. Compensação**

Pelo fato das quantias dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

### **3.1.8. Informação comparativa**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017, e as Demonstrações Financeiras, são comparáveis com as do exercício anterior.

## **4. Ativos Fixos Tangíveis**

---

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição deduzidos das depreciações acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimada para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos de acordo com o Decreto-Regulamentar nº2/90, de 12 de Janeiro, para bens adquiridos entre 01/01/1989 e 31/12/2009; e/ou no Decreto-Regulamentar nº25/2009, de 14 de Setembro, para bens adquiridos após 01/01/2010 que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil regulamentada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	10 anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	-----

#### **4.1. Bens do património histórico e cultural**

A Beneficência Familiar não possui bens do património histórico e cultural registado.

#### **4.2. Propriedades de investimento**

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo custo de aquisição na correspondente rubrica, deduzidas das depreciações acumuladas.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rúbricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### **5. Ativos Intangíveis**

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para A Beneficência Familiar e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.



## 6. Custos de empréstimos obtidos

---

### Empréstimos obtidos

A Beneficência Familiar durante o ano de 2018 procedeu à liquidação total do empréstimo.

Os "*Empréstimos Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão deste empréstimo. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

### Locações

A Beneficência Familiar não tem contratualizados contratos de locações financeiras e/ou operacionais.

## 7. Inventários

---

A Beneficência Familiar efetua compra de mercadorias e matérias-primas subsidiárias, na secção Funerária. Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os inventários que A Beneficência Familiar detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

O custo dos inventários foi atribuído através da fórmula do custo médio ponderado. Este método foi utilizado para todos os inventários existentes.

## 8. Rendimentos e gastos

---

Os rendimentos, nomeadamente as quotizações, são contabilizados como proveito no momento do seu recebimento. Os restantes rendimentos, por exemplo, os da Secção Funerária, são contabilizados no momento em que a prestação de serviços é realizada.

Os gastos são contabilizados no período a que dizem respeito e não no ato do pagamento.

## 9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

---

Periodicamente, A Beneficência Familiar analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam se objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, não tem registado obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos. Assim, reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um exfluxo passado que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que A Beneficência Familiar reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data do relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

## 10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

---

Não foram recebidos “*Subsídios do Governo*” e “*Apoios do Governo*”.

## 11. Instrumentos financeiros

---

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas procedentes de associados que se encontram com saldo devedor no final do período estão mensuradas pelo seu valor deduzidas no Balanço de eventuais perdas por imparidade de dívidas de associados.

### Clientes e outras contas a receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

### Outros ativos e passivos financeiros

Na rubrica de ativos financeiros estão registados no Balanço ao valor de aquisição deduzidos de eventuais perdas por imparidade reconhecidas na rubrica “*Perdas por Imparidade*”.

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

## 12. Benefícios dos empregados

---

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram respetivamente “5” em cada ano, não tendo ocorrido nos períodos qualquer demissão.

O número de pessoas ao abrigo da Beneficência Familiar em 31 de dezembro de 2018 foi o seguinte:

Trabalhadores dependentes: 53

## 13. Acontecimentos após a data de balanço

---

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

## 14. Notas às Demonstrações Financeiras

### 14.1. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2018						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	4 918 756,52			0,42	1 182 466,98	6 101 223,92
Equipamento de transporte	405 208,50		-13 645,00	-23 548,15		368 015,35
Equipamento administrativo	293 291,60	419,00		8 823,22		302 533,82
Equipamento básico	204 542,63			-19 040,88	-110 166,00	75 335,75
Outros Ativos Fixos tangíveis	140 610,52	982,77		9 234,89		150 828,18
Ativos Fixos Tangíveis em curso	30 769,09	232 645,71			-87 611,38	175 803,42
<b>Total</b>	<b>5 993 178,86</b>	<b>234 047,48</b>	<b>-13 645,00</b>	<b>-24 530,50</b>	<b>984 689,60</b>	<b>7 173 740,44</b>

Depreciações acumuladas						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	620 079,52	47 101,20			-101 682,01	565 498,71
Equipamento de transporte	401 510,05	765,00	-13 645,00	-23 547,40		365 082,65
Equipamento administrativo	286 347,46	4 492,47		0,60		290 840,53
Equipamento básico	150 142,03	4 056,56		-638,39	-110 166,00	43 394,20
Outros Ativos Fixos tangíveis	119 057,72	2 997,39		638,66		122 693,77
<b>Total</b>	<b>1 577 136,78</b>	<b>59 412,62</b>	<b>-13 645,00</b>	<b>-23 546,53</b>	<b>-211 848,01</b>	<b>1 387 509,86</b>
<b>Quantia escriturada líquida</b>						<b>5 786 230,58</b>

A revalorização efetuada no edifício da Secção Funerária, na Rua Ateneu Comercial do Porto, teve como objetivo determinar o valor de mercado a 31 de dezembro de 2018. As metodologias utilizadas, no pressuposto de utilizar o imóvel no seu melhor e maior uso e livre de quaisquer ónus, determinaram o valor de 1.600.000,00€. O imóvel foi avaliado pelo Método do Valor Residual, com base na capacidade construtiva do terreno, e pelo Método do Mercado e do Método do Rendimento relativamente ao valor prospetivo da construção. Esta avaliação foi realizada de forma independente pela empresa JCT – Consultores de Engenharia, Lda.

Os movimentos ocorridos no excedente de revalorização resultantes da anulação das depreciações acumuladas para determinar a quantia escriturada e do registo da revalorização apuraram um diferencial de 1.196.537,61€. Em termos fiscais, sendo uma entidade isenta de imposto sobre o rendimento, não existe imposto diferido a reconhecer.

O valor contabilístico do imóvel, a 31 de dezembro de 2018, sem o reconhecimento da revalorização seria de 394.707,51€.

## 14.2. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 1 de Janeiro de 2018	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31 de Dezembro de 2018
<b>Custo</b>						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	120.902,79					120.902,79
Propriedade Industrial						
Outros Ativos Intangíveis						
<b>Total</b>	<b>120.902,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>120.902,79</b>

<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	120.900,04	2,75				120.902,79
Propriedade Industrial						
Outros Ativos Intangíveis						
<b>Total</b>	<b>120.900,04</b>	<b>2,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>120.902,79</b>
<b>Quantia escriturada líquida</b>						<b>0,00</b>

## 14.3. Investimentos Financeiros

A Beneficência Familiar efetuou a sua inscrição e contribuição para a Liga das Associações Mutualistas do Porto e Mutuália – Federação Mutualista no valor de 1.246,99€ e 40.000,00€, respetivamente, registadas em “*Investimentos em entidades conjuntamente controladas*”.

A participação de capital na Caixa Económica do Porto registada em “*Investimentos em subsidiárias*” sofreu um ajustamento devido ao reconhecimento dos resultados obtidos em 2018 e às variações ocorridas no capital próprio.

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “*Investimentos Financeiros*”:

	2018	2017
<b>Investimentos Financeiros</b>		
<b>Investimentos em subsidiárias</b>		
Método de Equivalência Patrimonial	1 810 417,06	1 789 228,70
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associados</b>		
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>		
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	41 246,99	41 246,99
<b>Investimentos noutras empresas</b>		
Outros investimentos financeiros	22 544,51	906,26
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>1 874 208,56</b>	<b>1 839 362,19</b>

#### 14.4. Inventários

A Instituição tem mercadorias e/ou matérias subsidiárias em 31 de dezembro de 2018, na Secção Funerária, no valor de 38.905,44€.

#### 14.5. Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Utentes c/c</b>		
Utentes	116 325,77	103 268,08
Utentes		
<b>Utentes factoring</b>		
Utentes		
<b>Utentes em cobrança duvidosa</b>		
Utentes	173 762,24	173 762,24
Perdas por imparidade acumuladas	-173 762,24	-173 762,24
<b>Total</b>	<b>116 325,77</b>	<b>103 268,08</b>

#### 14.6. Outros Ativos Correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros ativos correntes” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	1 554,51
Outros devedores e credores	123 204,62	493 285,23
Outras operações com pessoal	0,00	915,77
<b>Total</b>	<b>123 204,62</b>	<b>495 755,51</b>

#### 14.7. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Outros custos diferidos	6 129,45	3 656,41
<b>Total</b>	<b>6 129,45</b>	<b>3 656,41</b>

#### 14.8. Caixa e depósitos bancários

Saldos da rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Descrição	2018	2017
Caixa	6 237,13	2 166,46
Depósitos à Ordem	416 802,68	485 350,71
Depósitos a Prazo	123 098,42	3 000,00
<b>Total</b>	<b>546 138,23</b>	<b>490 517,17</b>

#### 14.9. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos Patrimoniais” é composta pela rubrica “Fundos” reportando as reservas constituídas por fundos acumulados.

Em 2018, ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 1 de Janeiro de 2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 de Dezembro de 2018
<b>Fundos</b>	<b>9 017,42</b>			<b>9 017,42</b>
Excedentes técnicos	0,00			0,00
<b>Reservas</b>	<b>3 882 077,47</b>	<b>96 145,89</b>		<b>3 978 223,36</b>
Mod.Subs.Funeral, s.Med.Med.	3 244 556,48			3 244 556,48
Assist.Idade Senior	100 308,09	7 186,04		107 494,13
Fundo Administração	163 656,28	88 161,40		251 817,68
Fundo de Reserva Geral	373 556,62	798,45		374 355,07
<b>Resultados transitados</b>	<b>4 202,92</b>	<b>92 096,80</b>	<b>114 399,06</b>	<b>-18 099,34</b>
<b>Excedentes de revalorização</b>	<b>0,00</b>	<b>1 600 000,00</b>	<b>403 462,39</b>	<b>1 196 537,61</b>
<b>Ajustamentos/ Outras variações fundos patrimoniais</b>	<b>1 657 864,91</b>	<b>1 272,25</b>		<b>1 659 137,16</b>
<b>Total</b>	<b>5 553 162,72</b>	<b>1 789 514,94</b>	<b>517 861,45</b>	<b>6 824 816,21</b>

#### 14.10. Provisões, Passivos e Ativos contingentes

No período de 2018 não foram registadas “Provisões Específicas do Setor”. A Beneficência Familiar, deve constituir provisões matemáticas, constituídas por disposição legal para ocorrerem a encargos com associados por subsídios subscritos.

Segundo o Relatório Atuarial, datado a 7 de março de 2019, o valor calculado de reservas matemáticas é 5.475.946,93€. Este valor é sustentado, em parte, pelas provisões específicas acumuladas de 1.335.000€ e os fundos patrimoniais existentes de 3.244.556,48€. O Fundo de Reserva Geral, no valor de 374.355,07€, conforme estipulado no artigo 36º dos Estatutos, pode ser utilizado na cobertura do défice técnico existente da modalidade pelo que o défice apurado de 522.035,38€ corresponde a 9,5% das necessidades totais identificadas.

##### Passivos contingentes

A Associação não tem conhecimentos do passado que originem uma obrigação presente.

##### Ativos contingentes

A Associação não tem ativos provenientes de acontecimentos passados.

#### 14.11. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedor c/c	19 492,39	28 744,07
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas recepção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>19 492,39</b>	<b>28 744,07</b>

#### 14.12. Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	2018	2017
<b>Retenção de impostos sobre rendimentos</b>		
<b>IRS</b>		
Trabalho dependente	6 585,00	5 032,00
Trabalho Independente	1 511,25	2 259,99
Prediais	581,17	576,04
<b>IRC</b>		
Prediais	129,00	129,00
<b>Total Retenções</b>	<b>8 806,42</b>	<b>7 997,03</b>

<b>Imposto Sobre o valor Acrescentado (IVA)</b>		
Iva a pagar	3 180,17	1 661,05

<b>Contribuições para a segurança social</b>		
Contribuições a pagar	19 603,89	14 449,16

<b>Outros Impostos e Taxas</b>		
Fundos de Compensação	123,02	56,92

<b>Total a Pagar</b>	<b>31 713,50</b>	<b>24 164,16</b>
----------------------	------------------	------------------

#### 14.13. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Pessoal</b>		
Remunerações a pagar	9 789,41	11 269,94
Fornecedores de Investimentos		
Credores por acréscimo de gastos	124 147,91	93 841,40
Outros credores	34 244,22	43 573,50
<b>Total</b>	<b>168 181,54</b>	<b>148 684,84</b>

#### 14.14 Réditos

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	311 528,70	301 317,76
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas e jóias	1 330 019,61	1 330 117,50
<b>Prestação de serviços a associados e utentes</b>		
Secção Funerária	580 187,50	552 306,71
Turismo Social	8 645,00	2 087,40
Universidade Sénior	13 891,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 244 271,81</b>	<b>2 185 829,37</b>

#### 14.15 Subsídios, doação e legados à exploração

A rubrica contempla os subsídios recebidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional no âmbito do Prémio ao Emprego.

#### 14.16 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	9 499,02	799,52
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	20 430,70	55 690,53
Publicidade e Propaganda	18 570,51	20 091,18
Vigilância e Segurança	257,98	249,26
Honorários	29 009,13	45 084,49
Comissões	565,75	0,00
Conservação e Reparação	33 899,98	26 522,51
Outros	2 542,10	2 171,85
<b>Total Serviços Especializados</b>	<b>105 276,15</b>	<b>149 809,82</b>
Materiais	19 306,06	18 457,72
Energia e fluidos	29 658,91	22 596,87
Deslocações, estadas e transportes	16 417,49	7 014,55
Serviços diversos		
Rendas e Alugueres	34 190,04	33 623,88
Comunicações	1 862,02	20 044,19
Seguros	4 803,50	3 386,41
Contencioso e Notariado	928,99	986,30
Limpeza, Higiene e Conforto	3 933,67	1 724,90
Outros Serviços	6 093,10	13 235,55
<b>Total Serviços Diversos</b>	<b>51 811,32</b>	<b>73 001,23</b>
<b>Total</b>	<b>231 968,95</b>	<b>271 679,71</b>

#### 14.17 Gastos com Pessoal

A rubrica “Gastos com Pessoal” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Remuneração dos Órgãos Sociais	36 192,00	41 025,00
Remuneração do pessoal	715 904,42	639 971,41
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	8 944,53	2 509,35
Encargos sobre as Remunerações	153 780,82	138 055,38
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 866,50	4 383,58
Outros Gastos com o Pessoal	20 188,82	18 835,86
<b>Total</b>	<b>940 877,09</b>	<b>844 780,58</b>

#### 14.18 Aumentos/reduções de justo valor

A instituição, em 2018, adquiriu Títulos de Dívida Pública Portuguesa, nomeadamente Obrigações de Tesouro – 07/2025 em 18 de julho, no valor de 20.000 €. A 31 de dezembro de 2018, estes títulos estavam valorizados em 20.468€.



#### 14.19 Outros rendimentos

A rubrica “*Outros Rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	5 532,07	25 237,99
Descontos de pronto pagamento obtidos	16,51	0,01
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros*	21 955,62	2 719,18
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	2 500,00	2 745,16
Outros Rendimentos e ganhos	7 079,26	6 027,07
<b>Total de outros rendimentos</b>	<b>37 083,46</b>	<b>36 729,41</b>
Juros obtidos de depósitos	1 121,79	231,28
Juros obtidos de outros financiamentos concedidos	285,58	51,48
<b>Total</b>	<b>38 490,83</b>	<b>37 012,17</b>

\* Rendimentos provenientes do reconhecimento dos resultados obtidos na Caixa Económica do Porto – Caixa Anexa

#### 14.20 Outros Gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	31,11	153,50
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,01	2,20
Gastos e perdas nos restantes investimento	0,00	3 651,71
Outros gastos e perdas	4 666,08	4 923,85
Custos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes*	622 366,80	634 109,80
<b>Total</b>	<b>627 064,00</b>	<b>642 841,06</b>

\* Custos com os subsídios de funeral, prestações pecuniárias de cuidados de saúde e outros custos inerentes como comparticipação de consultas, vales farmácia, workshops e bolsas de estudo

#### 14.21 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Juros e gastos similares suportados	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2 274,90	5 251,98
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	4 623,20	1 038,99
<b>Total</b>	<b>6 898,10</b>	<b>6 290,97</b>

Juros e rendimentos similares obtidos	2018	2017
Outros rendimentos similares	230,12	230,12
<b>Total</b>	<b>230,12</b>	<b>230,12</b>

#### **14.22 Imposto sobre o Rendimento**

Segundo a alínea b) do número 1 do artigo 10º do CIRC, a A Beneficência Familiar, considerada uma IPSS, está isenta de impostos sobre o rendimento.

#### **15 Notas à demonstração de resultados das modalidades**

---

1. As vendas foram efetuadas ao preço de custo.
2. As quotas da secção funerária são o cômputo global dos serviços prestados através da secção, expurgadas de todas as despesas e encargos com urnas e outros acessórios.
3. Na secção de turismo, estão registadas as comissões recebidas pela angariação de associados para as viagens disponibilizadas.
4. Na universidade sénior, estão registadas as mensalidades recebidas pela frequência nas disciplinas inscritas pelos associados.
5. Os montantes dos encargos de admissão foram imputados ao Fundo de Administração na medida em que não há disposição estatutária ou regulamentar para a aplicação deste montante.
6. Os montantes das quotas e joias das modalidades “Subsídio de Funeral” e “Assistência à Idade Sénior” foram feitos de acordo com o disposto no artº 7º do Regulamento de Benefícios destas modalidades.
7. De acordo com o disposto no artº 6º do Regulamento de Benefícios da modalidade, a imputação foi feita às modalidades e atividades em função da natureza do gasto.
8. As prestações e outros encargos com associados correspondem ao subsídio de funeral e outros encargos com modalidades e atividades.

#### **16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

---

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 e novembro.

#### **17 Acontecimentos após data de Balanço**

---

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 12 de março de 2019

**A Contabilista Certificada,**



Joana Leal

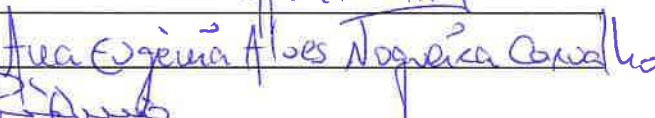
C.C. 91971

**A DIREÇÃO**

Carlos Jorge Costa Azevedo Silva



Ana Eugénia Alves Nogueira Carvalho



António Ferreira Pinheiro



Orlando Rui Teixeira Veiga



Manuel Joaquim Ribeiro Ferreira



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Analizadas as demonstrações financeiras do ano 2018 e a restante documentação constante das pastas “A Beneficência Familiar – A.S.M” e da sua secção Funerária e em conformidade com as disposições legais e estatutárias – Secção IV artigo 83º e o mandato que nos foi conferido, vem o conselho fiscal apresentar o seu parecer relativo ao exercício de 2018.

### Considerações

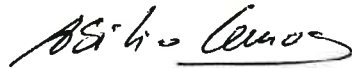
- Salientamos, com base no relatório e contas da direção e o parecer constante no relatório da auditoria, um resultado líquido de 111.939 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.824.816 euros;
- Com base no relatório de auditoria, o Conselho Fiscal verifica um défice de provisões específicas face a encargos futuros com associados no montante de 522.035 euros, pelo que se recomenda a constituição destas provisões sempre que o resultado o permita;
- Regista um aumento significativo de gastos com o pessoal (cerca de 11%) e uma continuada diminuição de número de associados (-881).

### Parecer

- O conselho fiscal analisou o relatório e contas da direção referente ao ano 2018 sendo de opinião que estes documentos estão de acordo com as disposições legais e contabilísticas aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral;
- Que a Assembleia Geral aprove um voto de louvor à direção e a todos os trabalhadores pela dedicação e empenho demonstrado, o qual contribuiu para o resultado líquido apurado.

Porto, 19 de março de 2019

O Presidente:



Abílio Marques Lemos Bastos

O Secretário:



Rui Melo Cosme

O Relator:



António Fernando Rebelo Moreira

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **A Beneficência Familiar do Porto – Associação de Socorros Mútuos** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 8.491.143 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.936.755 euros, incluindo um resultado líquido de 111.939 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **A Beneficência Familiar do Porto – Associação de Socorros Mútuos** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

De acordo com o estudo atuarial efetuado por atuário independente, reportado à data de 31 de dezembro de 2018, e face às conclusões aí vertidas, verificamos existir um défice de provisões específicas, para fazer face a encargos futuros com associados, que ascende a 522.035 euros e corresponde a cerca de 10% das necessidades totais identificadas no estudo atuarial.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

## RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o

- risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
  - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
  - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
  - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
  - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 21 de março de 2019

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por



JOÃO CARLOS CRUZEIRO, ROC N° 1363